

## 2

### **Todas as cidades, a cidade<sup>1</sup>: segregação, medo e esvaziamento da vida pública**

Um mundo novo. Tradições em questionamento, grandes narrativas desarticuladas. O novo traz consigo incertezas, inseguranças, medo. Como mencionado o presente capítulo, dividido em duas seções, pretende na primeira delas articular o quadro de transformações sociais, políticas e econômicas mundiais a partir dos anos de 1970 ao debate sobre as cidades por meio de uma revisão bibliográfica, com foco na literatura internacional produzida em países centrais. Nosso intuito é o de apresentar ao leitor as faces e tendências que assumiu o processo de segregação urbana nas grandes metrópoles contemporâneas, abordando os efeitos socioespaciais por elas sofridos.

Em seguida, na segunda parte do capítulo, abordaremos a segregação urbana no Brasil, contextualizando a problemática da favela.

#### **2.1.**

#### **Transformações pós-anos de 1970: expansão e insegurança**

A segunda metade do século XX trouxe mudanças profundas e complexas ao mundo: revolução das tecnologias de informação e comunicação; financeirização da economia; crescimento explosivo da dívida pública; reestruturação produtiva; novos modos de gestão e regularização do trabalho; precarização do trabalho; ampliação das desigualdades. Tais alterações no curso da sociedade contemporânea, bastante significativas, combinadas à globalização, têm contribuído para a transformação de valores e tradições sociais e culturais; perpassam as relações entre indivíduos, bem como a relação destes com a cidade,

---

<sup>1</sup> O termo “Todas as cidades, a cidade” é o título livro do Professor Renato Cordeiro Gomes, do Departamento de Letras da PUC-Rio. Nessa obra, Gomes investiga a legibilidade das cidades a partir de textos de ficção, dedicando um capítulo a uma análise sobre o Rio de Janeiro (Gomes, 1994).

igualmente desafiada. (FONSECA, 2005).

A globalização, como tratada por Anthony Giddens, não se refere apenas a um fenômeno econômico. Corresponde, antes, à transformação do tempo e do espaço e se define como ação à distância, intensificada nos últimos anos com a comunicação global instantânea e o transporte de massa. O que acontece em alguns lugares do mundo reverbera diretamente no cotidiano de pessoas que habitam outras partes do planeta. Desse modo, o intelectual inglês defende ser impossível estudar a complexa trama de constituição das sociedades modernas desprezando as consequências que a globalização imprime tanto ao indivíduo quanto à coletividade. (GIDDENS, 1996; 2002)

É tempo de “reflexividade social”, em que os indivíduos estão mais bem informados e tomam decisões, por si mesmos, a respeito de tudo. Ao conceito de reflexividade se articula o de “destraditionalização”, que não significa o fim da tradição, mas a exigência de que ela seja justificada. Na vida moderna, dinâmica e descontínua, os atores sociais devem se acostumar a filtrar todos os tipos de informação relevantes e atuar rotineiramente com base nesse processo. Ao mesmo tempo em que há abertura no campo do conhecimento, há insegurança.

*O mundo em que vivemos não está sujeito ao rígido controle humano. Quase ao contrário, é um mundo de perturbação e incerteza, “um mundo descontrolado”. E, o que é perturbador, aquilo que deveria criar uma certeza cada vez maior – o avanço do conhecimento e a ‘intervenção controlada’ na sociedade e na natureza – está na verdade profundamente envolvido com essa imprevisibilidade. (GIDDENS, 1996:11)*

Porque, de acordo com o autor, a vida sempre esteve e estará repleta de riscos e inseguranças. Contudo, a imprevisibilidade a qual se refere é um risco diferenciado, o que chama de “incerteza artificial” (*manufactured uncertainty*). Ela é nova, provocada pela expansão da própria reflexividade social que “introduz um deslocamento entre o conhecimento e o controle.” (1996:15)

Portanto, tal abertura trouxe tendência à exacerbação de sentimentos coletivos de desproteção, quando passa a ser tarefa do indivíduo buscar soluções individuais, por meio de ações solitárias, para problemas socialmente produzidos, segundo o sociólogo polonês Zygmunt Bauman. São sociedades impotentes “como nunca antes em decidir o próprio curso com algum grau de certeza e em proteger o itinerário escolhido, uma vez selecionado. Uma sociedade ‘aberta’ é

uma sociedade exposta aos golpes do ‘destino’.” (BAUMAN, 2007:13)

Do ponto de vista da realidade de países centrais, Bauman é também importante intérprete do conjunto de inquietações desvelado na passagem, como denomina, da modernidade *sólida* para a modernidade *líquida*, na qual “as organizações sociais não podem mais manter sua forma por muito tempo (...). Elas não podem servir como arcaibouços para as ações humanas (...) em razão de sua expectativa de vida curta.” (BAUMAN, 2007:7)

A desintegração entre poder e política, com o progressivo processo de terceirização de atividades e funções tradicionalmente relacionadas às instituições políticas ao mercado, é outra tendência da modernidade líquida. A solidariedade social, por sua vez, tem sido ameaçada pela ampliação da competição entre as pessoas. A ideia de ‘comunidade’ “como uma forma de se referir à totalidade da população que habita um território soberano do Estado (...) é cada vez mais destituída de substância.” (2007:7)

Os laços inter-humanos foram transformados, “cada vez mais frágeis e reconhecidamente temporários. A exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira e promove a divisão e não a unidade.” (2007:9) Vista e tratada como uma ‘rede’<sup>2</sup> no lugar da ideia de ‘estrutura’, a sociedade “é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis.” (BAUMAN, 2007:9)

Ainda de acordo com o autor, o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, o *Welfare State*, foi produtor de graves consequências, em destaque o aumento do medo e da insegurança sociais, já que um dos papéis assumidos pelo Estado era o de administrador de tais temeridades. No momento em que o controle estatal é minimizado, a chamada desregulamentação, “os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos, escassos.” (BAUMAN, 2009:19-21)

Como um revés não-programado, o fim do *Welfare State* levou ao aumento da quantidade de indivíduos excluídos da *rede*. São pessoas condenadas a “permanecer ‘economicamente inativas’ (...), gente que não contribui para a vida social (...)” (2009:23-24). Bauman argumenta que a globalização trouxe à mente

---

<sup>2</sup> Uma referência a Manuel Castells (1999).

da maioria de nós o terror de conviver com essa “gente supérflua”, uma população diferente, infeliz e vulnerável.

### 2.1.1

#### **Nova pobreza urbana**

É nas cidades, onde habita a maioria da população mundial, que tais constrangimentos saltam aos olhos. Países centrais como a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, que apostavam na drástica redução das desigualdades com o avanço da modernização, nos anos de 1980 viram uma nova pobreza surgir com o desemprego em massa. Exilada em bairros decadentes, recrudescer sobre esta gente, agora “supérflua”, a estigmatização na vida cotidiana e no discurso público. Maior foi o número de sem-tetos e mendigos nas ruas das cidades (WACQUANT, 2001). O processo de segmentação socioespacial entre pobres e ricos intensificou-se, como observa Ribeiro (2007a:44), parecendo “desencadear um conjunto de processos de reiteração da marginalização, na medida em que o isolamento sociocultural dos vulnerabilizados do mercado de trabalho produz tendências de desconexão da sociedade.”

*Os deslocamentos no emprego, das manufaturas para os serviços que exigem treinamento intensivo, o impacto das tecnologias de eletrônicos e automação nas fábricas e mesmo nos setores de colarinho-branco, como seguros e bancos, a erosão dos sindicatos e da proteção social – tudo isso se combinou para produzir destruição, informalização e degradação simultâneas do trabalho para os moradores pobres das grandes cidades. (WACQUANT, 2001:30)*

Na literatura internacional, estudos debruçaram-se sobre o mapeamento das reverberações desta nova face da segregação socioespacial pós-anos de 1970. Ao pesquisar as periferias francesas e os guetos norte-americanos no período das últimas três décadas do século XX, traçando comparações entre eles, Loïc Wacquant (2001) defende a hipótese de um movimento de retorno de realidades e ideias que estariam recalçadas na consciência coletiva em relação à marginalidade urbana, como a sobreposição entre pobreza e a imagem de “classes perigosas”, ideia corriqueira, segundo ele, no século XIX. Acelerando, deste modo, a condenação de pobres à condição de inúteis sociais, de dispensáveis à vida,

perpetuando sua exclusão da vida econômica e a possibilidade da construção de identidades.

A partir dos anos de 1970, na Europa e nos Estados Unidos, a combinação entre desindustrialização, decomposição da classe operária e desarticulação do Estado de Bem-Estar Social modificou a estrutura social de guetos norte-americanos e das periferias francesas, os *banlieues*.

*Os primeiros perderam o caráter comunitário e transformaram-se em espaços da privação e do abandono. As periferias francesas, por sua vez, perderam o seu papel de substrato da sociabilidade da identidade da classe operária e se tornaram o lugar do purgatório social. Guetos e periferias urbanas são desconectados econômica, política e culturalmente da sociedade de mercado em emergência. (WACQUANT, 2001:14)*

Também a respeito dessas “vidas desperdiçadas”<sup>3</sup>, Peter Marcuse (1997) traz à tona a ideia de uma nova modalidade de gueto nas grandes cidades norte-americanas em tempos de transição entre o fordismo e o pós-fordismo: os *outcast ghettos*, habitados por indivíduos que, além de excluídos de maior convívio com a cidade, também são desconectados da vida econômica por força de tais transformações no sistema. Diferente do gueto negro clássico norte-americano e também dos enclaves de imigrantes, os quais mantinham laços com a vida urbana, o novo tipo de gueto se refere à reunião de pessoas consideradas pelos habitantes da “cidade” como ameaça à paz social.

As análises de Wacquant e de Marcuse mostram, assim, em sociedades avançadas como a França e os Estados Unidos, o crescente reforço das fronteiras entre elites e pobreza urbanas, aprofundadas também, especialmente na Europa, pelo aumento de casos de violência coletiva envolvendo jovens moradores de periferias a partir dos anos de 1980, o que parece ter firmado no senso comum o vínculo entre moradores de áreas desprestigiadas e violência urbana. Isoladas, as populações dos espaços segregados das grandes metrópoles mundiais tornaram-se cada vez mais numerosas à medida que crescia o fluxo de imigrantes de países periféricos e de antigas colônias. A reunião espacial de uma população homogênea na despossessão parece ter o efeito de redobrá-la – são os “efeitos do lugar”, segundo Bourdieu (1997), que terminam por degradar quem dele faz parte.

---

<sup>3</sup> Referência a termo de PELBART (2003).

*Os árabes de norte de Marselha, os jamaicanos e os paquistaneses do Brixton londrino e os negros do South Side de Chicago não sofrem somente de privação material – compartilhada, nas áreas urbanas mistas da Europa, com seus vizinhos brancos – e de rancor racial: devem também suportar o desprezo público associado ao fato de morarem em locais amplamente percebidos como ‘áreas a serem evitadas’ (no-go areas), profusas em crimes, em marginalidade e em degeneração moral, onde se pressupõe que habitem apenas membros inferiores da sociedade. A realidade e a força do estigma territorial imposto aos novos ‘párias urbanos’ da sociedade avançada não devem ser subestimadas. (WACQUANT, 2001:32)*

## 2.1.2

### Auto-segregação das elites: cidade, experiência de medo

Grande parte das metrópoles, em maior ou menor grau, está exposta à desintegração da vida pública em detrimento da primazia de espaços privados. É neste sentido que a categoria de cidade, em risco e em contradição, aparece como uma agregação de territórios atomizados (BURGOS, 2008a), sejam estes espaços loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais, favelas ou seus contrapontos imediatos, as cidadelas fechadas das classes média e alta.

Diferentemente do tipo singular de desconexão de periferias francesas e guetos norte-americanos investigado por Marcuse e por Wacquant<sup>4</sup>, o fenômeno das *gated communities* ou condomínios fechados é internacional. Somente nos Estados Unidos eles somam cerca de 20 mil unidades, com uma população de oito milhões de habitantes (ZUBERO, 2008).

*Barrios cerrados e countries em Buenos Aires, walled communities e security villages em Joanesburgo, “condomínios exclusivos” ou “condomínios fechados” nas cidades brasileiras: os nomes variam, às vezes até mesmo as formas espaciais (agrupamento de casas, agrupamentos de prédios residenciais etc.), mas a essência parece ser a mesma. (SOUZA, 2008:70)*

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar o alerta de Wacquant sobre sua investigação empírica, apontando que a marginalidade urbana não é a mesma em todos os lugares. “Seus mecanismos genéricos e suas formas específicas tornam-se inteligíveis se firmemente ligados à matriz histórica de classe, de Estado e do sistema hierárquico característico de cada sociedade, e sua análise requer a apreensão do nexos existente entre raça (notadamente no caso americano), classe e Estado na cidade.” Neste sentido, como veremos no capítulo a seguir, não se pode afirmar um processo de “guetificação” das favelas brasileiras, apesar de guetos e favelas apresentarem semelhanças, por exemplo, quanto à composição social (2001:15).

Construídos com a finalidade de evitar o convívio com este mundo de “párias urbanos” (WACQUANT, 2001), os condomínios fechados proliferaram-se na paisagem das cidades. São “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) em que se combinam as mais diversas atividades – lazer, trabalho, educação, consumo, residência. Praticamente não é necessário deixá-los. O isolamento neste caso é voluntário: é preferível permanecer entre semelhantes a se “aventurar” pela cidade, que se transformou em espaço residual para gente também residual.

Isto justamente no momento em que são estendidos os espaços de comunicação mundo afora. A comunicação se expande em nível internacional, enquanto se deteriora em nível local. A segregação torna-se uma prática, uma estratégia de “segurança”.

*Mais ou menos no mundo inteiro, começam a se evidenciar nas cidades certas zonas, certos espaços nos quais, por outro lado, se percebe muitas vezes uma tangível e crescente sensação de afastamento em relação às localidades e às pessoas fisicamente vizinhas, mas social e economicamente distantes. (BAUMAN, 2009:25)*

A vida social se altera quando se recorre aos muros, ameaçando diretamente o fortalecimento de valores de civilidade e solidariedade cidadã, sendo os condomínios fechados ambientes de socialização que, ao mesmo tempo, pressupõem e reforçam um descompromisso para com a cidade como um todo (SOUZA, 2008:70).

Se, historicamente, a cidade é reconhecida como símbolo de liberdade e segurança, hoje é mais associada à ideia de perigo e de medo. Ruas abertas, pessoas diferentes, desconhecidas e anônimas observando vitrines, sentadas em cafés, promovendo manifestações ao ar livre - a imagem da cidade moderna está sob suspeita. É bem verdade que ela nunca foi completamente aberta a todos os cidadãos, já que sempre houve segregação socioespacial e desigualdades. Contudo, o espaço público carregava um valor positivo, ligado à ideia de acessibilidade.

Por meio de análises de produções cinematográficas, Zubero (2008) verifica um movimento de superposição entre imagens de zonas de guerra, conflito, crime e violência e a noção de experiência urbana. Se algo caracteriza as cidades, diz ele, é que se trata de lugares repletos de desconhecidos que convivem em estreita

proximidade. O vínculo entre cidade e civilização parece ter se invertido.

A tendência pode ser sombria. O espaço urbano é cada vez mais reduzido a lugar não mais tão fundamental à vida - “um espaço para ser atravessado a maior velocidade possível com o fim de chegar o quanto antes a novos lugares privados” (BARCELONA, Pietro, apud ZUBERO, 2008:36-37). Uma torre de Babel em que não é preciso falar com o vizinho, mas é possível conectar-se com o restante do mundo por meio da tecnologia.

Marc Augè (1994), em um pequeno livro intitulado "Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade", desenvolve uma série de análises sobre a antropologia contemporânea, entre elas a discussão sobre supermodernidade, conceito que cunha para pensar a contemporaneidade a partir de três figuras de excesso – excesso de tempo por efeito da aceleração da história, em que tudo se tornou acontecimento; excesso de espaço por efeito da mobilidade de pessoas, bens, informações, imagens; e excesso de individualismo devido ao enfraquecimento das referências coletivas. As singularidades organizam cada vez mais a nossa relação com o mundo.

Uma outra discussão que o autor mobiliza se refere à noção de "lugar antropológico", concebido como espaço de identidade, relacional e histórico. Augè defende que a supermodernidade é produtora de não-lugares, que não são lugares antropológicos em si. São espaços de passagem, incapazes de construir identidades - auto-estradas, aeroportos, mas também

*campos de refugiados, campos de trânsito, grandes espaços antes concebidos para a promoção do mundo operários e tornados insensivelmente o espaço residual onde se encontram os sem abrigo e sem emprego de origens diversas: por toda a parte espaços inqualificáveis, em termos de lugar, acolhem, em princípio provisoriamente, aqueles que as necessidades do emprego, do desemprego, da miséria, da guerra ou da intolerância constroem à expatriação, à urbanização do pobre ou ao encarceramento.(AUGÈ, 1999:169)*

Em cidades “supermodernas”, a busca por uma vida segura, tranquila e junto à natureza e em condomínios fechados, afastados do centro da cidade, traz em si também o desejo de eliminar encontros desagradáveis com outros estilos de vida, com pessoas de capital cultural, econômico e social diversos. Ao aumento da recusa de enfrentamento da diferença, Bauman (2007:93) chama de *mixofobia*, o medo da mistura que se “manifesta na tendência em direção a ilhas de

similaridade e semelhança em meio a um oceano de variedade e de diferença.” Pois “quanto mais tempo se permanece num ambiente uniforme (...), mais é provável que se ‘desaprenda’ a arte de negociar significados e um *modus convivendi*.” (2007:46) Há estudos, por exemplo, sobre problemas de socialização entre jovens criados em *barrios cerrados* da Grande Buenos Aires (SOUZA, 2008: 74). A cidade educa, mas também pode deseducar. E isso vale tanto para guetos, periferias, bairros pobres quanto para enclaves fortificados.

Os padrões de segregação socioespacial em curso enclausuram, como vimos, tanto pobres quanto ricos e seguem tornando fraca a vida pública cotidianamente - espaços públicos são abandonados, cercados por grades e muros ou vigiados. Comprometem não somente a rotina de encontros entre os indivíduos, mas contribuem principalmente, por um lado, para a proliferação de sentimentos de insegurança e medo, reiterados pela ilusão da auto-segregação, e de outro lado para o isolamento, maior vulnerabilidade e estigmatização dos grupos segregados não por escolha própria. Geram também impactos diretos sobre a rede de relações sociais destas camadas, produzindo efeitos perversos no que tange, por exemplo, às chances de oportunidades de emprego. São grandes os desafios das cidades em termos democráticos. Com a palavra, Teresa Caldeira:

*As novas morfologias urbanas do medo dão formas novas à desigualdade, mantêm os grupos separados e inscrevem uma nova sociabilidade que contradiz os ideais do público moderno e suas liberdades democráticas. (...) Se as experiências de separação expressas no meio urbano se tornarem hegemônicas em suas sociedades, elas se distanciarão da democracia. (CALDEIRA, 2001:340)*

## 2.2.

### **Segregação urbana nas metrópoles brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro**

Conforme apresentado na seção anterior, a auto-segregação das classes média e alta e o isolamento compulsório de espaços segregados estão referidos a um padrão de segregação urbana experimentado por grandes metrópoles mundiais em países centrais e também periféricos, produto da combinação de inúmeras questões econômicas, sociais, culturais e políticas. No Brasil, bom exemplo é a

cidade de São Paulo, onde melhor se deu a expansão da forma urbana do condomínio fechado, com seus muros altos com vocação para separar mais do que meramente proteger. Naquela cidade este processo foi observado especialmente a partir do período de redemocratização do país nos anos de 1980, quando os índices de criminalidade violenta alcançaram taxas vertiginosas.

No entanto, esta correlação entre os contextos internacional e nacional muda de feição quando pensamos o problema da segregação socioespacial a partir do Rio de Janeiro. Não que a cidade esteja “imune” ao fenômeno mundial de fragmentação urbana; do ponto de vista de uma certa parcela das classes média e alta, por exemplo, recorrer ao estilo de vida dos condomínios tem sido solução para aplacar um sentimento coletivo de violência generalizada, para a insegurança da proximidade com a pobreza. Mas a favela, especialmente aquela localizada em bairros abastados, apresenta diferenças mesmo se comparada ao caso de São Paulo. Nesse caso, a relação entre a favela e a “cidade” forjou-se historicamente de modo diverso, com base em uma proximidade física e distância social.

Veremos, assim, que a favela não é gueto negro norte-americano, nem mesmo periferia paulistana. Pode adquirir contornos mais flexíveis. A análise do tipo de segregação socioterritorial particular estabelecido no Rio de Janeiro, no contexto de uma sociedade hierárquica como a brasileira, será importante.

Por meio de uma revisão bibliográfica, apresentaremos também um breve panorama histórico sobre a favela, sua evolução e políticas públicas no sentido de movê-la e, mais recentemente, de integrá-la. O histórico será entremeado à exposição de um repertório de representações sociais acerca desta forma urbana, conectadas a imagens que se opõem à noção de cidade. Finalmente observaremos que, a partir de meados da década de 1980, concomitantemente ao processo de urbanização em favelas, o preconceito ganha novo tónus; a sobreposição entre a imaginação social a respeito daquele espaço e seus moradores e a ideia de violência, crime e marginalidade, apesar de não ser uma correlação inédita, toma impulso e acirra a segregação.

Nosso objetivo é oferecer ao leitor uma contextualização a respeito deste tema a fim de que, no capítulo seguinte, possamos melhor situar a singularidade do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, criado na esteira de soluções para o “problema” da favela no Rio de Janeiro.

### 2.2.1

#### São Paulo e os enclaves fortificados

Principal metrópole do país, São Paulo é hoje uma cidade de muros, como nos informa a antropóloga brasileira Teresa Caldeira (2000). Contribuição importante para o debate sobre a nova sociabilidade nas metrópoles contemporâneas, ao concentrar-se no caso de São Paulo a autora apresenta uma análise sobre os modos pelos quais a combinação entre medo, crime e desrespeito aos direitos civis tem impactado o espaço urbano, produzindo um novo padrão de segregação residencial na cidade.

Versão brasileira mais eloquente de um padrão difundido mundo afora, como relatamos nas seções anteriores, o fenômeno de expansão dos chamados “enclaves fortificados” ou condomínios fechados em solo paulistano tem promovido uma agudização das diferenças de classes e de estratégias de separação, tanto simbólica quanto materialmente, que afetam em cheio a esfera pública paulistana.

Por meio de uma gama de dados sociodemográficos, na tentativa de construir um mapa cognitivo sobre a segregação social em São Paulo, Caldeira identifica três tipos pelos quais pretende compreender como este processo se expressou em face do espaço urbano paulistano. O primeiro recorte histórico, correspondente ao que denomina de primeiro tipo de segregação social naquela cidade, se inicia entre o final do século XIX – 1890 - e a década de 1940.

A concentração de diferentes grupos sociais na área urbana e a separação dos mesmos, marcas deste período, se revelavam nos tipos de moradia e também na área de ocupação da cidade. Enquanto a elite da indústria e da produção de café e uma pequena classe média habitavam em mansões ou casas próprias, os trabalhadores moravam em casas de cômodo ou cortiços superlotados - mais de 80% das habitações em São Paulo eram alugadas (2000:214). Em áreas mais baixas concentravam-se os trabalhadores, próximos da estação ferroviária e das margens dos principais rios da cidade, ao passo que a elite ocupava regiões onde posteriormente seria construída a Avenida Paulista.

Entre os anos de 1940 e 1980, um segundo padrão de segregação tomou forma, a divisão centro-periferia, processo clássico de separação entre os grupos

sociais, próprio de cidades da era da industrialização. As classes sociais, antes próximas, se distanciam fisicamente – classes médias e altas nos bairros centrais, e pobres nas periferias precárias. É neste período de grandes distâncias entre os grupos, segregados também pelo tipo de habitação e quanto à qualidade de vida, que São Paulo se firma como principal centro urbano do país, com o avanço da indústria pesada, ao mesmo tempo em que recebe um grande fluxo de migrantes da região Nordeste.

A partir da década de 1980, esse modelo entra em colapso; sozinho, não mais dá conta de explicar as transformações pelas quais São Paulo atravessava. A cidade continuou altamente segregada, porém, sobrepondo-se ao padrão anterior, centro-periferia, e aliado às crescentes desigualdades sociais e mudanças econômicas, como o processo de desindustrialização, entre outras questões, notam-se novos arranjos de distribuição dos diferentes grupos no espaço urbano. Se de um lado percebeu-se alguma proximidade entre eles em áreas como a região do Morumbi, onde se localiza a favela de Paraisópolis, de outro lado os diferentes grupos permaneceram separados, agora por muros altos e barreiras físicas, a tradução da nova fronteira que se estabeleceu. Uma ampla difusão do medo do crime impeliu pessoas de diferentes classes sociais a procurar por moradias tidas como mais seguras.

“Segregação, distância social e exclusão e a implosão da experiência da vida pública na cidade moderna”: a vida em espaços públicos de metrópoles como São Paulo se reduz (CALDEIRA, 2000:301). Muros erguidos não somente para proteger, mas para separar. A retirada das elites em direção a espaços privados tem deixado ruas, praças, calçadas para os pobres; o transporte público, por sua vez, passa a ser quase que exclusivamente utilizado pelas massas, enquanto as classes média e alta circulam de carro. Menor tem sido o número de encontros entre diferentes grupos sociais. Sair nas ruas tende a se tornar, assim, uma atividade desagradável, com a evitação crescente de locais concebidos como zonas proibidas. Em outros termos, “tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública.” (2000:301)

A análise de Caldeira detecta um paradoxo: a elite paulistana passou a se fechar justamente em contexto de democratização, em meados dos anos de 1980. Foram processos disjuntivos. O espaço público, *lócus* da igualdade, acabou por

ser lugar também do não-reconhecimento e da conseqüente insegurança frente a este desconhecido que passou a ter direitos assegurados pela Constituição. O sentimento é de mal-estar com a proximidade do pobre.

*De fato, a segregação e o processo ostensivo de separação social cristalizado nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos, com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade. (CALDEIRA, 2000:255)*

O crescimento dos índices de criminalidade violenta também foi marca deste período. O medo por parte das elites, diz Caldeira, parece se confundir com outros fantasmas: medo de perder posição social, medo de não saber mais como manter as fronteiras. Ou seja, o temor do cumprimento da promessa da democracia, do enfraquecimento de uma sociedade tradicionalmente hierárquica. As pessoas temem ser roubadas; mulheres carregam as bolsas grudadas ao corpo. Torna-se difícil distinguir trombadinhas do crescente número de pedintes e vendedores de rua que disputam as mesmas esquinas (CALDEIRA, 2000:320).

É importante frisar que não somente as classes média e alta buscaram refúgio nos condomínios fechados. Setores de classe média baixa têm privatizado ruas em bairros populares com cancelas, guaritas e vigilantes.

*Tal caricatura de gated community preocupa e é sintomática. (...) Fica mais evidente ainda o quanto não apenas o sentimento de insegurança e o medo, mas também os hábitos e os valores dos ricos se disseminam pelo espaço e pelo tecido social, o que ajuda a fragmentar ainda mais a cidade. (SOUZA, 2008:77)*

O caso de São Paulo, a partir do argumento de Teresa Caldeira, nos sugere, portanto, afinidade com o quadro internacional de segregação urbana, principalmente quanto ao tipo de meio urbano estabelecido, aliando processos como: o erguimento de muros, a separação das elites, a privatização dos espaços públicos e a expansão das tecnologias de vigilância, bem como a conseqüente diminuição dos encontros entre grupos sociais distintos. Não à toa a autora se vale do exemplo da cidade norte-americana de Los Angeles para tecer comparações com a capital paulista (CALDEIRA, 2000:329-340).

A cidade do Rio de Janeiro, por seu turno, apresenta também alguma

afinidade com o modelo internacional de segregação observado. Crescente é o processo de proliferação da forma urbana característica dos “enclaves fortificados”, os condomínios fechados que povoam bairros da Zona Oeste da cidade como a Barra da Tijuca, Jacarepaguá, e o Recreio dos Bandeirantes, em fase de crescimento. As ondas de violência na cidade, em geral atribuídas às favelas, criam uma atmosfera por vezes exacerbada de medo e insegurança. Maior tem sido a procura por serviços como blindagem de automóveis, aplicação de adesivos escuros nos vidros dos carros para manter a privacidade, contratação de sistemas de segurança e empresas de vigilância.

Neste sentido, muitas das metrópoles mundiais, e também o Rio de Janeiro e São Paulo, se aproximam do que Souza (2008) chama de “fobópoles”. Agregação das palavras gregas *phobos* (medo) e *pólis* (cidade), por “fobópoles” o autor nomeia cidades nas quais o medo generalizado e o sentimento de insegurança pública tomam vulto cada vez maior, cotidianamente presentes em conversas, na imprensa e com claras consequências sobre o desenvolvimento urbano e sobre a democracia (SOUZA, 2008:9). Grande é o número de indivíduos sofrendo de doenças como estresse e transtornos fóbicos em decorrência desse contexto.

No Brasil, e de certa forma no mundo, não há dúvidas sobre o crescimento da criminalidade violenta e o quanto esta afeta e degrada a qualidade de vida em grandes cidades. Contudo, a percepção pública da insegurança parece evoluir de maneira desproporcional às taxas de criminalidade. Em voga, como no próprio Rio de Janeiro, a metáfora da “guerra civil” que parece justificar um processo nomeado por Souza de “militarização da questão urbana”, isto é, o apelo progressivo às Forças Armadas para a resolução de questões tradicionalmente relegadas à polícia. Fatores estes que reverberam no espaço social e urbano.

*Para evitar que pessoas do próprio país sejam transformadas em “inimigos internos” reais ou potenciais, na esteira de uma estigmatização socioespacial e do cultivo de preconceitos contra grupos específicos e seus espaços (no caso de países semiperiféricos, sobretudo as favelas e seus equivalentes), como aliás já vem acontecendo há muito tempo, é preciso que se enfatize: a transformação de uma urbe em fobópole é um desafio civil – (socio)político, (socio)econômico e cultural – , não um desafio militar. (SOUZA, 2008:37)*

Como vemos, há pontos de contato entre grandes metrópoles mundiais quanto ao quadro de segregação socioespacial por elas apresentado. No entanto, se

considerarmos a relação que se dá entre as diferentes formas urbanas nas cidades, não nos custa enfatizar que as normas organizadoras da segregação em cada país são particulares, guardando identificações com aspectos como a cultura, a estrutura social, a história de cada sociedade. Por isso, parece-nos por demais precipitado concluir que, assim como em metrópoles norte-americanas e francesas, estaria em curso no Rio de Janeiro ou mesmo em São Paulo um processo de “guetificação” de favelas e periferias, com tendências à desconexão da vida econômica e social.

Concentrando-nos agora no caso das favelas no Rio de Janeiro, vemos que tal modelo não dá conta da especificidade da relação entre este tipo de habitação popular e a “cidade”. Apesar de guardarem semelhanças com os guetos quanto à composição social – maioria da população jovem, negra, taxas elevadas de desemprego e subemprego, e também de famílias chefiadas por mulheres -, percebe-se ao mesmo tempo um menor isolamento, sabendo estarem os moradores das favelas

*inseridos na divisão social do trabalho, embora em posições marginais, mantendo relações de troca com o mundo social exterior. A sua grande maioria trabalha fora da favela e consome fora delas. A conexão da favela com a sociedade, ainda que subalterna, permite ao seu morador experimentar a alteridade. (RIBEIRO, 2001:15)*

Ao considerar a ideia de Loïc Wacquant sobre serem os guetos “purgatórios sociais”, em que a mobilidade social e econômica é decrescente, a favela carioca também não pode ser vista sob esta lente, pois continua sendo a porta de entrada do migrante do interior do país na vida da cidade grande. É visualizada, muitas das vezes, como local de oportunidades para melhores condições de vida e renda. Contudo, do ponto de vista do estigma, do preconceito, da discriminação social, favela e gueto se aproximam; ambos representam, de certa forma, uma ameaça social quando se considera o discurso público (RIBEIRO, 2001).

Em resumo, o gueto e a favela são tipos ecológicos diferentes. Ou seja, a favela é mais conectada à cidade que o gueto o é, representando lugar de mobilidade social e econômica para certos grupos. Nota-se ainda que ela está, por vezes, mais próxima dos centros de riqueza, principalmente aquelas que permaneceram em bairros abastados, diferentemente também da clássica periferia

paulistana, “varrida” para grandes distâncias e excluída do mínimo convívio com habitantes da parte “nobre” da cidade. É sobre a relação de co-habitação entre favela e bairros ricos, aspecto que caracteriza o Rio de Janeiro mundo afora e dá tom particular à segregação socioterritorial nesta cidade, que pretendemos discutir no subitem a seguir.

### 2.2.2.

#### **Rio de Janeiro: proximidade territorial, distância social**

Para melhor compreensão desse quadro, antes de remontarmos o retrato histórico sobre as favelas, importa citar a pesquisa de Luiz Costa Pinto (1998) em “O negro no Rio de Janeiro”. Lançada em 1953, foi o primeiro estudo sociológico a abordá-las, mesmo não se tratando de um trabalho exclusivamente sobre o tema. Neste livro o autor dedica um interessante capítulo, de nome “Ecologia”, à investigação da existência de um padrão ecológico das relações de raça no Rio de Janeiro, com base em informações dos censos de 1940 e de 1948, o primeiro a respeito destes aglomerados.

Costa Pinto acaba por constatar que um processo de segregação residencial de grupos étnicos de fato estava em curso na cidade e de maneira expressiva: de cada 100 habitantes do Rio de Janeiro, 27 deles eram de cor (negros e pardos). Enquanto nas favelas, de cada 100 habitantes, 71 deles eram de cor, quase o triplo. O autor observa ainda que este contexto de segregação apresentava nuances importantes, especialmente ao considerar o setor urbano de maior concentração de favelas àquela época, a Zona Sul e bairros da Zona Norte como a Tijuca. Costa Pinto inferiu que

*as favelas apresentam-se como núcleos segregados de população pobre e de cor exatamente nos bairros onde os brancos constituem a maioria e que elas encontram menores razões econômicas e sociais para se formarem naqueles bairros onde maior é o número de habitantes de cor e menor a distância social e étnica entre favelados e não-favelados. (1998:139)*

Em outras palavras, aparecem no modelo de segregação territorial e racial carioca identificado pelo autor, de proximidade física entre indivíduos que

ocupam posições sociais distantes, contradições e constrangimentos inerentes a uma sociedade de formação altamente hierarquizada e desigual como a brasileira<sup>5</sup>. Se, de um lado, as favelas possibilitaram a existência e permanência de população negra e pobre em bairros abastados e ocupados majoritariamente por população branca, de outro deflagram uma combinação entre exclusão espacial e desigualdade socioeconômica e racial. Cabe aqui uma breve reflexão a fim de colaborar para a melhor assimilação desse ponto.

As análises sobre o Brasil colônia autorizam dizer que nosso país nunca foi campo de experimentações sociais ou políticas inovadoras por parte da metrópole portuguesa, segundo Roberto DaMatta (FAORO, Raymundo; GODINHO, Vitorino Magalhães, apud DAMATTA, 1987:67). O sistema colonial aqui fundado baseava-se numa “hierarquia moderna”, na qual a igualdade era rigorosamente proibida, a ver pelas camadas sociais diferenciadas e complementares existentes em Portugal e pelas variadas formas nominais de tratamento reguladas por lei. Em outras palavras, “temos aqui uma sociedade já familiarizada com formas de segregação social.” (DAMATTA, 1987:67)

No século XIX, de acordo com o autor, nossa sociedade era de nobres, de ideologia aristocrática e antiigualitária, dominada pela ética do familismo, da patronagem e das relações pessoais, imersa em um sistema jurídico holista, que privilegia o todo e não as partes, ou seja, desconsiderava os indivíduos. Tudo isso forneceu caráter especial às relações sociais aqui desenvolvidas, permitindo, inclusive, que o regime de escravidão do negro fosse encarado como algo natural pela maioria dos membros das elites. Entre senhores e escravos, desse modo, as relações podiam se dar de forma íntima, com confiança e consideração.

*Aqui, o senhor não se sente ameaçado ou culpado por estar submetendo outro homem ao trabalho escravo, mas, muito pelo contrário, ele vê o negro como seu complemento natural, como um outro que se dedica ao trabalho duro, mas complementar às suas próprias atividades que são as do espírito. (DAMATTA, 1987:75)*

---

<sup>5</sup> São variadas as razões que podem explicar o fato de no Rio de Janeiro as favelas terem se instalado em bairros de classes média e alta. Porém, não nos cabe aprofundá-las neste estudo. Contudo, atrelada à história das favelas está a complexa história da propriedade privada da terra na cidade, “quadro institucional que favoreceu fortemente a tolerância com o uso ilegal e irregular como moeda de troca na incorporação das camadas populares à nascente sociedade urbana.” (ALVES; FRANCO; RIBEIRO, 2008:96.)

Em fins do mesmo século, a Abolição da Escravatura e a queda do Império com a Proclamação da República pareciam constituir movimentos reais de abertura social, em direção ao estabelecimento da igualdade no Brasil. Mas como sustentar a hierarquia e as práticas de segregação há muito em vigência no país diante desta ameaça? Como conceber iguais juridicamente e tornar livres estes “outros”, os escravos?

Sob um processo de “mudar conservando”, mecanismos de manutenção da distância social foram como que repaginados. A propagação da ideologia de uma suposta relação harmônica entre branco, negro e índio, contida na “fábula das três raças”, encontrou alta adesão social. Ela oculta, segundo DaMatta, uma forma de racismo menos evidente, porque cordial, e nem por isso menos violento. Diferente, por exemplo, do caso do racismo nos Estados Unidos onde, em se tratando de uma sociedade de norte individualista e igualitário, a solução para as massas de negros livres no sul do país foi discriminá-los legalmente. As interações entre negros e brancos estavam, desse modo, formalmente proibidas. Ao passo que no Brasil a livre interação entre negros e brancos na recém instaurada República poderia se dar, pois ambos conheciam as posições sociais nas quais deveriam se inserir.

A favela, nascida neste contexto, nos sugere constituir “um modo hierárquico de inserção de camadas populares na cidade, nas dimensões *civitas* e *polis* na condição urbana” (ALVES; FRANCO; & RIBEIRO, 2008:94). Ocupada, nos primeiros momentos, em maioria por população negra alforriada, pobre, ela foi encontrando espaço para se forjar principalmente junto a bairros abastados, onde seus moradores teriam, por exemplo, mais chances de se inserirem, mesmo que marginalmente no mercado de trabalho da sociedade urbana que nascia. No plano simbólico, elite, em sua maioria branca, e mundo popular, em sua maioria negro, poderiam, em certo sentido, co-habitar o mesmo espaço físico, já que conhecem os seus “lugares naturais”, porém não sem conflitos. O que nos autoriza a formular a hipótese de que, ainda nos dias de hoje, o preconceito histórico da “cidade” contra a favela, no limite, pode camuflar o preconceito contra o negro – as duas categorias podem se articular (BURGOS, 2009). “O ‘Outro’, não de forma clara, continuou muito diferente, não somente na cor, mas em todas as atividades, consideradas, quase sempre, como inferiores.” (CAMPOS, 2005:50)

### 2.2.3.

#### Favela e representações sociais

Capital federal, o Rio de Janeiro em meados do século XIX abrigava inúmeros cortiços, moradia de grupos populares vistos como “classes perigosas”. Interessada em retratar esses personagens urbanos, não demorou muito para a intelectualidade carioca, formada por engenheiros, médicos, jornalistas, voltar-se contra essas habitações, acompanhando uma tendência europeia de preocupação com o aumento da pobreza urbana. Encarados como *locus* de degeneração social, moradia de bandidos e malandros, além de foco de doenças, os cortiços foram tidos como uma ameaça à vida social e à ordem moral da cidade. A “guerra” empreendida em favor do seu extermínio atingiu seu ápice com a derrubada do famoso “Cabeça de Porco” em 1893, durante a prefeitura de Barata Ribeiro (CAMPOS, 2005:24).

Um pouco mais tarde, entre 1902 e 1906, a drástica reforma urbana no Rio de Janeiro implementada pelo prefeito Pereira Passos, o “Hausmann tropical” (BENCHIMOL, 1990), conectada às correntes de modernização internacionais, teve inspiração na *Belle Époque* francesa, porém excluídos seus elementos democráticos e a serviço da manutenção de um passado aristocrático da elite recém emancipada do Império. Ao mesmo tempo em que se fazia urgente transformar a cidade em metrópole cosmopolita, com o alargamento de ruas, dando novas feições a um Rio de Janeiro ainda colonial, fundamental também foi a eliminação do que seriam as contradições do espaço urbano – em linhas gerais, os cortiços remanescentes, as casas de cômodo, os “pardieiros”. Conhecida como “bota-abaixo”, a reforma tinha a finalidade, entre outros aspectos, de civilizar e tornar “limpa” a cidade, sob a égide de uma ideologia médico-higienista (BURGOS, 2008a; VALLADARES, 2005b).

Como nos informa Lícia Valladares, estudos sinalizam que os cortiços teriam sido o “germe” da favela; outros afirmam que a existência de favelas é anterior ao Morro da Favella, reconhecido em 1897. Contudo, interessa-nos perceber que a representação social negativa do cortiço é repassada à favela, para qual “se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como

responsáveis pelo próprio destino e pelos males da cidade.” (VALLADARES, 2005b:28)

É preciso contextualizar que a habitação há muito constituía um problema no Rio. Entre 1870 e 1890, a população da capital mais que dobrou, aumentando em 120,2%, de 235.381 para 518.292 pessoas, ao passo que o número de domicílios, no mesmo período, não acompanhou este percentual, crescendo em 74,3%, de 41.200 a 71.807 unidades (RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, apud SLOB, 2002:13). A favela, antes de ser um problema, como passa a ser visualizada pela elite do Distrito Federal, ocupada em boa parte com o futuro da República, a questão sanitária e o embelezamento da cidade, parece consistir uma solução para uma grande quantidade de pessoas desprovidas de moradia.

Conforme dissemos, o Morro da Favella, instalado no Morro da Providência em 1897 e oficialmente identificado como a primeira favela existente em solo brasileiro, parece não ter sido a primeira ocupação registrada<sup>6</sup>. Mas a ele se deve o surgimento de uma nova categoria de habitat pobre, estendida às demais aglomerações de barracos de semelhante perfil.

Em suas primeiras representações sociais a favela, vista atualmente como fenômeno tipicamente urbano, era associada ao mundo do campo, um mundo antigo e bárbaro que precisava morrer. Ela foi, então, entendida e *inventada* como o lugar da ausência de elementos citadinos, ganhando múltiplas conotações negativas (BURGOS, 2008a). Conotações que, como Valladares comprova, estão intimamente ligadas, nas primeiras décadas do século XX, às imagens do povoado de Canudos construídas por Euclides da Cunha em “Os sertões”<sup>7</sup>.

No discurso de intelectuais brasileiros em destaque naquele período, como o escritor e jornalista João do Rio, estão presentes ideias que remetem às descrições de Cunha. Favelas, assim como o povoado de Canudos, são cidadelas de miséria dotadas de uma geografia particular e acidentada, favorecendo a

---

<sup>6</sup> Valladares menciona a existência anterior ao Morro da Favella de aglomerações como a Quinta do Caju, Mangueira – alertando não ser a mesma Mangueira tal qual a conhecemos -, e Serra Morena. O Morro Santo Antônio teria entrado em processo de favelização concomitantemente ao Morro da Providência. Importa dizer também que no Morro da Favella, cujo nome se deve a uma planta leguminosa de nome favelas, instalaram-se ex-combatentes da Guerra de Canudos, na Bahia, com a intenção de pressionarem o Ministério da Guerra a pagar por salários atrasados (2005b:25).

<sup>7</sup> O leitor poderá conferir mais elementos que aproximam a representação da favela da representação de Canudos por Euclides da Cunha no capítulo 3 do presente trabalho, referente à análise do discurso das professoras da Escola Municipal Santos Anjos.

existência de chefes locais; são lugares de crescimento desordenado, onde a ocupação do solo é ilegal e também coletiva; há ausência de domínio do Estado e de instituições públicas; constituem espaços que condicionam o comportamento dos indivíduos, revoltados, debochados, promíscuos e não-afeitos ao trabalho, optando pelo roubo.

Pelo olhar destes primeiros intérpretes, podemos inferir que a favela consistia em local perigoso à ordem social da região, assim como Canudos o era para o sertão na visão de Euclides da Cunha. É nesse sentido que Valladares afirma que as representações da favela “na segunda metade do século XX são amplamente tributárias daquelas desenvolvidas durante as décadas iniciais do referido século.” (VALLADARES, 2005b:22)

#### **2.2.4.**

#### **Favela como problema**

A favela passa à cena das preocupações políticas somente a partir do final dos anos de 1930, início dos anos de 1940, em plena ditadura de Getúlio Vargas. Não havia mais como ignorar o incômodo causado por ela, que chegou a ser classificada como “lepra da estética” por Augusto Mattos Pimenta<sup>8</sup>.

Era preciso, então, controlar e administrar a favela. O Código de Obras da cidade em 1937, com o mapeamento da expansão destes aglomerados principalmente na Zona Sul, estimula a primeira política pública em prol de sua erradicação. É neste contexto que ocorre a experiência, em princípio provisória, dos parques proletários. Construídos no Caju, no Leblon<sup>9</sup> e na Gávea entre 1941 e 1944, os parques receberam cerca de sete a oito mil pessoas de um total entre 250 e 350 mil moradores de favelas no Rio naquela época (VALLADARES, 2005b:61). Com o objetivo de oferecer a elas assistência e noções de educação a fim de provocar mudanças em seu estilo de vida para melhor integração ao tecido urbano “formal”, tal política prometia o retorno desta população para suas áreas

---

<sup>8</sup> Personagem importante no Rio de Janeiro durante os anos de 1920, Mattos Pimenta empreendeu na imprensa uma enfática campanha contra as favelas (VALLADARES, 2005b:41-45).

<sup>9</sup> No Leblon, o parque proletário foi construído na favela da Praia do Pinto, de onde vieram em grande parte os moradores primeiros do conjunto Cruzada São Sebastião a partir de 1957.

de origem depois de realizada a urbanização – o que não aconteceu.

Surgia a necessidade, também, de estudar a favela. Nesta esteira, o Censo de 1948 foi o primeiro no Distrito Federal que a levou em conta. Foram identificadas 105 ocupações onde moravam 138.837 pessoas, sendo 68.953 do gênero masculino e 69.884 do gênero feminino, distribuídas em 34.528 casebres - o equivalente a 7% da população total da cidade. Dois anos depois, em 1950, lançou-se o primeiro censo geral brasileiro que inclui as favelas, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (VALLADARES, 2005b:63-73).

Deste período a meados de 1970, como resposta estatal à expansão e também à maior articulação política entre moradores de favelas no Rio de Janeiro seguiu-se uma dramática política de erradicação<sup>10</sup>, com foco especial em bairros da Zona Sul. Data da década de 1960 também a construção dos conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade, para onde tal população foi transferida, o que desmobilizou, dentre outros aspectos, as redes de sociabilidade existentes nas favelas de origem. Sobre estes episódios e também sobre a representação social dos *favelados* neste período<sup>11</sup>, nos deteremos com mais vagar nos capítulos a seguir, quando será, entre outros temas, abordado o processo de formação da organização católica Cruzada São Sebastião em 1955, no contexto das soluções elaboradas para o problema da favela no Rio de Janeiro.

---

<sup>10</sup> Em entrevista ao site da organização Observatório das Favelas no dia 20 de abril de 2010, o historiador e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF) Marcos Alvito deu a seguinte declaração a respeito do uso corrente da palavra “remoção” na referência ao processo de transferência de moradores de favelas: “Desde que surgiram, ainda no final do século XIX, as favelas foram vistas como uma espécie de “corpo estranho” na cidade. Talvez por isso se fale em “remoção”, palavra comumente utilizada para cadáveres ou lixo.” A entrevista foi publicada a fim de suscitar o debate sobre o novo processo de “remoção” delineado recentemente pela prefeitura e pelo estado do Rio de Janeiro, diante dos inúmeros dramas provocados pelo temporal que abateu a capital em abril de 2010. Cf. [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id\\_content=799](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=799)

<sup>11</sup> Ver a análise da representação da imprensa sobre a Cruzada São Sebastião referente aos anos de 1970 no capítulo seguinte.

## 2.2.5

### Democracia: processo de urbanização

Passados “os anos de chumbo”, se inicia no país o processo de redemocratização. Segundo Angelina Peralva (2001), a abertura política não foi capaz de reformular as instituições responsáveis pela ordem pública herdadas da ditadura militar, o que abriu espaço à ampliação das percepções de violência e de medo generalizados em grandes cidades brasileiras. A alta tolerância entre nós em relação a este processo, como argumenta a autora, colaborou para a produção de estratégias de adaptação, numa dinâmica de “ressegregação”.

*A insegurança funciona como metáfora para um mundo onde a hierarquia se enfraqueceu, e onde por isso mesmo a reconstrução de espaços protegidos passa a ser vista como necessidade fundamental. Ricos e pobres apelaram para o gueto. Mas a dinâmica da ressegregação foi ao mesmo tempo multiplicada em níveis exponenciais pela violência urbana. (PERALVA, 2001:21-22)*

O retorno à democracia trouxe ainda uma sensação de crise: inflação alta, desemprego maciço nas regiões industriais como o ABC Paulista, o desafio da modernização do Estado, mudanças socioculturais, o surgimento das organizações não-governamentais. Contudo, entre os anos de 1981 e 1989, na chamada “década perdida”, se o debate crescente sobre as desigualdades no país e sobre a crise econômica ganhava corpo, os indicadores sociais<sup>12</sup> apontavam melhoras substanciais para as camadas populares do ponto de vista do acesso a sistemas de saneamento básico; de condições de alimentação e de moradia; da redução do número de famílias abaixo da linha da pobreza; da ampliação ao acesso à educação e aos serviços médicos e hospitalares. Houve ainda diminuição de desigualdade entre as regiões Nordeste, Norte e Sudeste, e crescimento da região Centro-Oeste. Mais avanços em matéria de igualdade ocorreram nesse período:

*formação no meio popular de ações coletivas e movimentos sociais que participaram do advento da democracia política e da criação de mecanismos democráticos de funcionamento da vida social; transformações consideráveis no universo urbano; e progressos no plano do consumo, da escolaridade e da participação cultural, que operaram como mecanismos poderosos de integração social. (PERALVA, 2001:33)*

<sup>12</sup> Peralva cita a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) “O que mostram os indicadores sociais sobre a pobreza na década perdida (2001:29).

O processo de urbanização em favelas no Rio de Janeiro em mais larga escala data desta época e é, nesse sentido, sintoma do que Peralva denomina de “mutação igualitária”, movimento que marcou a entrada do país em uma era de individualismo de massa, sinalizando também, em paralelo a um processo de “ressegregação”, o de “dessegregação”, que passa ainda pelos campos do trabalho e do lazer, por meio dos quais favela e “cidade” passaram a se encontrar minimamente.

No Rio de Janeiro, uma política com vistas à integração de favelas ao tecido social e urbano e ao reconhecimento oficial destas como moradias foi levada a cabo pelo governador Leonel Brizola, eleito em 1982 com forte apoio dos grupos excluídos. O governo de Brizola também empreendeu um programa voltado à regularização fundiária chamado “Cada família um lote”, por meio do qual foram concedidos títulos de propriedade a moradores de favelas e de mais áreas segregadas. Entre os beneficiados estiveram, dentre outros, os moradores do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, como veremos mais tarde.

A precariedade quanto ao acesso a serviços públicos em favelas era notória, conforme aponta Burgos com base no levantamento realizado pela prefeitura da cidade no início daquela década.

*Apenas 1% das 364 favelas cadastradas era servido por rede oficial de esgoto sanitário completa (6% dispunham parcialmente do serviço); 6% possuíam rede de água total, e 13%, rede parcial com caráter oficial; e em 92% das localidades, a única forma de esgotamento pluvial era a drenagem natural pelo terreno. A coleta de lixo só foi considerada suficiente em cerca de 17% das áreas faveladas. (BURGOS, 1998:41)*

Já nos anos de 1990, a experiência do programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro ocorre em face dos ainda elevados déficits de infraestrutura e de acesso a serviços públicos enfrentados por moradores de favelas, que somavam quase um milhão de pessoas no início daquela década. Com recursos próprios e apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o programa, em linhas gerais, teve por objetivo principal a inclusão social das favelas selecionadas, de porte médio, pelo viés de sua transformação em bairros, visando ainda à regularização da questão fundiária (BURGOS, 1998; SLOB, 2002).

Dado que a precariedade de infraestrutura em favelas permanece problema bastante atual, não podemos esquecer do Programa Federal de Aceleração do

Crescimento (PAC) <sup>13</sup> voltado às favelas, o PAC-Favelas, lançado em 2007. Na cidade do Rio de Janeiro, ele tem se concentrado no benefício a grandes favelas como Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos, Rocinha, além de áreas da Grande Tijuca e Colônia Juliano Moreira.

Contudo, nas palavras de Peralva, “mesmo sendo uma coisa positiva, a integração embaralha as cartas (...). Trata-se da defasagem existente entre o olhar com que a cidade considera os favelados (...) e a realidade material e cultural da nova situação em que vivem”, como veremos a seguir (PERALVA, 2001:57-58; 63).

## 2.2.6.

### Virada na representação da favela

Interessa-nos por ora refletir com mais atenção sobre mais aspectos relativos ao descompasso enunciado por Peralva, quanto ao olhar sobre a realidade material da favela e a representação social sobre a mesma. Até início da década de 1980, a imagem negativa desses aglomerados como lugares da pobreza e da marginalidade no Rio de Janeiro ainda era contrabalançada por sua valorização cultural como berço do samba, do carnaval e da cultura popular. No entanto, a escalada de banqueiros do jogo do bicho, e também de quadrilhas de tráfico de drogas conectadas a redes internacionais de venda de entorpecentes provocou mudanças. O Estado não foi capaz de conter o avanço destes grupos, principalmente do tráfico de drogas<sup>14</sup>, instalados muitas vezes nas favelas, nos conjuntos habitacionais e em demais espaços socialmente desvalorizados.

*Desde os anos 1980/1990, porém, as favelas passaram a ser tematizadas quase que exclusivamente pela violência e insegurança que trariam aos bairros. Atualmente, no repertório simbólico do Rio de Janeiro, o termo ‘favela’ abrange diversos territórios de pobreza (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos etc.), aludindo não mais à precariedade de equipamentos urbanos e a estatutos de propriedade de terra/ moradia específicos, mas sobretudo ao estigma da marginalidade, desordem e violência que o recobre, transformando os*

<sup>13</sup> Cf. site [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)

<sup>14</sup> Fenômeno mais recentemente divulgado pela mídia, as chamadas milícias, formadas por policiais e ou bombeiros aposentados e em atividade, têm avançado no controle de favelas e seus congêneres, rivalizando com os bandos de tráfico de drogas.

*favelados no arquétipo de 'classes perigosas.'* (LEITE, 2008:117)

A convivência lado a lado entre moradores de favelas e bandidos tem favorecido a naturalização da associação, quase imediata, entre favela e criminalidade violenta, reforçando a noção de que dela emanaria uma suposta “cultura da violência” que atribui a seus moradores uma subjetividade propensa ao crime. Machado da Silva (2008) trabalha com a hipótese de que na cidade do Rio de Janeiro e, em especial em favelas cariocas, mais expostas cotidianamente a toda a sorte de atos violentos que os demais bairros, uma outra modalidade de sociabilidade concorrente à ordem legal-institucional assume expressividade: a “sociabilidade violenta”, que tem em agentes do crime violento seus principais portadores e na força, sua linguagem e seu princípio de interação.

A sociabilidade violenta seria norteadada por um caráter imprevisível; as regras, frouxas, podem sofrer modificações subitamente, ao sabor das vontades e dos humores de grupos armados, sejam policiais, sejam bandidos. Ou seja, a “lei do mais forte” é o que prevalece. Quanto à adesão à sociabilidade violenta por parte daqueles que habitam em favelas, diz Machado, ela se caracteriza antes como submissão que como subordinação, distanciando-se da crença de uma suposta convivência entre moradores e traficantes (MACHADO DA SILVA, 2008:45).

No entanto, a designação mais corrente na cidade vem em grande parte dispensando a habitantes de favelas o lastro de pessoas portadoras de moralidade duvidosa porque, de certo modo, teriam “escolhido” viver sob a “lei do tráfico” no lugar da “lei da cidade” (LEITE, 2008:117), aprofundando a ideia de “cidade partida” (VENTURA, 1994). Nem mesmo o processo de urbanização, a diminuição da pobreza ou o avanço do acesso à educação entre segmentos populares têm conseguido desarticular a ideia de que favela e “asfalto” são como que opostos. Em outras palavras, a segregação socioespacial parece ter se agravado (BURGOS, 2008a).

Fronteiras urbanas apartando o mundo da elite e o mundo popular sobrevivem e se remodelam há longa data. A correlação entre pobreza e crime também não é nova, como vimos com relação às primeiras representações sociais sobre a favela. Porém, a partir da redemocratização e do crescente sentimento de medo coletivo e de insegurança pública no Rio de Janeiro, a favela parece ter

assumido uma especificidade de não apenas ser historicamente um espaço que representa o avesso da ideia de cidade, mas lugar de produção de criminosos em série.

Todavia, esse processo não é unívoco. Diante do peso da violência que recai sobre favelas e seus congêneres, aqueles que neles moram demonstram reagir em busca de estratégias que possam vir a mover essas fronteiras morais e simbólicas com a “cidade”, na intenção de deslocar o medo e a desconfiança presentes no discurso público. Tais modalidades de resistência se dão menos pelo viés cívico, político, e mais por meio de formas outras, sutis e também submissas, principalmente no plano da sociabilidade <sup>15</sup>.

Ainda dentro deste contexto mais geral de caracterização do doloroso cotidiano em favelas e em mais espaços segregados, é preciso lembrar da existência de nuances, de gradações. Por isso, nem todas essas áreas estão expostas da mesma maneira ao conjunto de representações sociais que trouxemos aqui. Compartilhando muitas vezes de semelhantes aspectos como a presença de quadrilhas de tráfico de drogas ou a condição de vítimas de atuação policial truculenta, a força da imagem da criminalidade violenta a elas emprestada pode ser relativa; pode ser menos vigorosa, mais flexível a depender do lugar sobre o qual se fala.

Apoiados na discussão travada neste capítulo passaremos ao capítulo 2, correspondente aos resultados da pesquisa empírica sobre a relação entre o conjunto Cruzada São Sebastião e o bairro do Leblon.

---

<sup>15</sup> A respeito dessas modalidades de resistência à idéia de associação à violência, empreendidas por moradores de favelas, há o que Machado da Silva nomeou de “limpeza simbólica”, “a necessidade de demonstrar ser pessoa de bem, a fim de ganhar a confiança do Outro” (MACHADO DA SILVA, 2008:15). Segundo ele, a partir de uma pesquisa realizada junto a moradores de várias favelas no Rio de Janeiro, o processo pode se dar de duas maneiras. De um lado, buscam se afastar da possível identificação com criminosos pelo fato de habitarem em favelas; de outro, quando falam sobre os traficantes de drogas, dos quais por vezes são parentes ou foram criados juntos, se empenham para “re-humanizá-los”, tornando-os “gente como a gente”. (2008:75).